



ACTA N.º 3/2006

Aos vinte e oito dias do mês de Junho de 2006, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório do GATAT, pelas 14,00 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1. Informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a Actividade Municipal;**
- 2. Aprovação definitiva da Proposta de Alteração ao Regulamento da Urbanização e da Edificação e Tabela de Taxas e Licenças devidas pela realização de Operações Urbanísticas em vigor no Concelho de Chaves, no âmbito do disposto no nº3, do 25º, do Decreto-lei nº 69/2003, de 10 de Abril, o qual estabelece as normas disciplinadoras do exercício da actividade industrial. Proposta n.º45/GAP/2006;**
- 3. Primeira Revisão aos Instrumentos de Gestão Financeira em vigor para o ano económico de 2006. Proposta n.º 05/DGFEP/06;**

A reunião teve início com a chamada dos Deputados Municipais, tendo-se registado as seguintes faltas:

Francisco António Taveira Ferreira
Manuel dos Anjos Montalvão Machado
Manuel Jorge Pires Fernandes
António Manuel Pires de Almeida
Francisco António Pinto de Barros
Gisela Maria Esteves Espírito Santo
João Vasco Miranda de Moraes
Antenor dos Anjos

O Senhor Deputado Manuel dos Anjos Montalvão Machado enviou à Mesa o telegrama que se transcreve: “ Impossibilitado comparecer devido internamento hospitalar, junto o meu voto discordante contra tentativa ofensiva governativa de reduzir a capacidade nosso Hospital, que sempre serviu as gentes do Alto Tâmega, sempre tão esquecido de todos os Governos. A Saúde é e será sempre um direito da Constituição Portuguesa. Montalvão Machado – Engenheiro Técnico”.

A acta número dois, referente à sessão anterior foi posta à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os deputados.

O Senhor deputado **Francisco António Chaves de Melo** solicitou que na página 28, na sua declaração de voto, em vez de se ler”Decidi abster-me pelo simples facto de confiar que as pessoas que intervieram na «Carta Educativa»”, deverá ler-se: “Decidi abster-me pelo simples facto de confiar que as pessoas que intervieram na «Rede Escolar»”, porque era, efectivamente o que se estava a discutir. Que houve engano da sua parte ao empregar o termo “Carta Educativa” e pede a rectificação.

A Senhora Deputada **Paula Cristina Barros Teixeira dos Santos**, usou da palavra para dizer que não esteve presente na última sessão, razão porque se vai abster na votação da acta, mas como foi mencionado o seu nome pretendeu clarificar o que se passou aquando da entrega dos documentos da reunião realizada em 26 de Abril de 2006.



Disse que efectivamente não recebeu o pacote de documentos em suporte digital que supostamente lhe deveria ter sido entregue, e que não lhe passa pela cabeça que alguém pudesse pensar que estava a querer prejudicar o bom funcionamento dos trabalhos, mas deixa o reparo porque um engano qualquer pessoa tem e “não confrontaria a palavra de ninguém com a palavra de um funcionário que, concerteza, de uma forma deliberada não iria dizer que tinha feito a entrega dos documentos sem estar absolutamente convencido de que o tivesse feito. Os lapsos acontecem e quando ocorrem terão de ser assumidos”.

Disse ainda que na capa do CD que recebeu relativo à agenda de trabalhos da presente reunião, por lapso, constava que no interior estaria a informação do Senhor Presidente da Câmara, o que não é verdade, porquanto esse documento lhe foi entregue no dia anterior por um funcionário da autarquia. Que, perante a ocorrência de qualquer lapso não pensa que é com a intenção deliberada de lhe sonegar informação e que também gostaria que pensassem o mesmo da sua parte.

O **Senhor Presidente da Mesa** informou que nunca se colocou em causa a lisura do seu habitual comportamento. Alguma coisa aconteceu alheio à vontade das pessoas e nesse sentido pediu ao Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal que fosse feito um relatório do que se passou. Esse relatório foi feito e relata todos os passos dados pelos funcionários responsáveis pela distribuição e entrega dos documentos aos Senhores deputados da Assembleia Municipal.

“Eu não ponho em causa que a Senhora deputada não tenha recebido o CD, não ponho em causa o presente relatório; alguma coisa aconteceu alheia a ambas as partes, seguramente que não foi no sentido de sonegar informação a quem quer que fosse. Houve um lapso e os lapsos só acontecem a quem faz as coisas. Lamento esta situação e espero que não se volte a repetir”.

A **Senhora deputada Paula Cristina Barros** usou novamente da palavra para dizer que registou o zelo com que foi tratada esta situação, ao ter sido pedido o relatório. Que jamais poria em causa que o trabalho não tivesse sido feito com profissionalismo, mas que efectivamente quem trabalha está sujeito a lapsos e é assim que o assume.

O Senhor deputado **José Pimentel Sarmento** pediu que fosse rectificada a sua intervenção da página 8, no quinto parágrafo, onde se diz “ O Partido Socialista não se pode esquecer que nos últimos dez anos esteve no Governo da Nação”, deverá dizer-se: “O Partido Socialista não se pode esquecer que nos últimos dez anos esteve sete no Governo da Nação...”

Posta à votação foi aprovada por maioria com uma abstenções, por ausência na última assembleia.

O **SENHOR PRESIDENTE DA MESA**, mencionou em seguida o documento já enviado aos Grupos Municipais, emanado da Associação Nacional de Municípios Portugueses, relacionado com a apreciação e votação da Resolução Política aprovada na XXIII Assembleia Geral do Conselho dos Municípios e Regiões da Europa, realizada em 10 de Dezembro na Áustria, que traduz os princípios de uma Europa a responder às necessidades dos seus cidadãos e aos desafios globais do século XXI, que seja política e economicamente forte, unida, fiel aos seus valores e princípios, dotada de Instituições eficazes, activa e respeitada na cena internacional e nas suas diversidades.

A Assembleia aceitou a introdução deste documento.

Posta à votação a Resolução Política foi aprovada por unanimidade.

Referiu igualmente a “Carta Europeia para a Igualdade dos Mulheres e Homens na Vida Local, que também foi remetida pela ANMP, para conhecimento.



Passou-se à leitura da correspondência recebida desde a última reunião, nomeadamente o agradecimento do Senhor D. António dos Santos Marto, em resposta aos votos de felicitações que a Assembleia Municipal deliberou enviar-lhe pela sua recente nomeação como Bispo de Leiria / Fátima. Foi também mencionado o Boletim da Associação Nacional de Municípios Portugueses e ainda um ofício do Grupo Parlamentar do PCP, na Assembleia da República, que acompanhou a resposta dada pelo Ministério da Economia ao requerimento que oportunamente lhe foi remetido pelo Senhor Deputado Agostinho Lopes sobre a instalação de três novas superfícies comerciais em Chaves.

Iniciou-se o “**Período Antes da Ordem do Dia**”

O **SENHOR PRESIDENTE DA MESA**, deu conhecimento da entrada na Mesa de dois requerimentos, apresentados pela líder do Grupo Municipal do Partido Socialista a solicitar: 1 – O pagamento da senha de presença relativa à primeira sessão ordinária da Assembleia Municipal de Chaves, realizada no dia 26 de Outubro de 2005; 2 – Que as senhas de presença de todos os elementos que integram o seu Grupo Municipal sejam pagas nos meses de Abril e Setembro, respectivamente.

Em seguida usaram da palavra os seguintes deputados:

VALDEMAR DA SILVA CARNEIRO do CDS – disse que na reunião ordinária deste Órgão realizada no dia 26 de Abril de 2006, abandonou os trabalhos por se sentir discriminado e lembrou que o seu partido deve ser respeitado como qualquer outro. E para evitar esse tipo de situações apresentou a seguinte Proposta: “Que seja criada uma senha de inscrição dupla, distribuindo uma aos líderes partidários e outra para a Mesa, para que não aconteçam esquecimentos; colocar um relógio electrónico para que os Senhores deputados possam contabilizar o tempo”.

Em seguida chamou a atenção para a gestão dos quartos de banhos públicos existentes na zona das Caldas, colocando o respectivo horário de funcionamento.

Perguntou qual a razão de se ter feito um evento desportivo naquela zona, o que no seu entender não é a mais adequada, uma vez que as Termas são destinadas essencialmente a tratamentos e descanso.

Referiu ainda o aproveitamento dos recursos ecológicos do Concelho e o seu património natural, que, no seu entender “seria mais útil do que explicar a banda larga aos idosos”

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA, da CDU – disse esperar que da ordem de trabalhos desta reunião constasse um ponto para discussão da saúde no Concelho e propõe a sua introdução para a altura da discussão da Informação do Presidente da Câmara, dada a relevância da questão para toda esta região.

Em seguida referiu a visita do Senhor Primeiro Ministro a Chaves prevista para o próximo dia 8 de Julho com o fim de inaugurar algumas obras, nomeadamente a Escola de Enfermagem, mas o que o seu partido esperava do Governo é que viesse cá apresentar uma solução do Ensino Superior Público para Chaves, aproveitando o enorme esforço da Autarquia ao construir ali um edifício digno.

“Queremos o mesmo para a Saúde. Um projecto de viabilização do nosso Hospital, segundo a Proposta apresentada pela Comissão designada pela Assembleia Municipal, para uma Unidade Local de Saúde. O Partido Comunista está empenhado nessa luta e fez uma intervenção a nível Distrital contra a integração de Chaves no Centro Hospitalar de Vila Real e a favor de uma Unidade Local de Saúde. Continuamos disponíveis, para em conjunto com outros partidos políticos, com as



autarquias, Centros de Saúde e outras entidades, defender esse projecto que se pretende traga melhorias substanciais para as gentes desta região.

Numa altura de enorme crise que o País atravessa, em que toda a Região de Trás-os-Montes, com Chaves à cabeça, depende tanto do esforço do Estado, quer em termos de serviços sociais, quer em termos de emprego, fazer a reestruturação dos serviços públicos, sempre numa lógica de afastar as "coisas" da região, pode significar uma crise profunda, que marque ainda mais as assimetrias entre o interior e o litoral.

O Senhor Primeiro – Ministro deverá trazer medidas e iniciativas que promovam o desenvolvimento do nosso Concelho e não a simples visita de "pompa e circunstância" para inaugurar obras, das quais todos nós devemos orgulhar-nos, mas queremos sinais inequívocos e medidas políticas globais que permitam a viabilidade da região.

Na altura própria o Partido Comunista defendeu a criação de Região de Trás-os-Montes e Alto Douro, e continua a pensar que essa Comunidade é politicamente indispensável e necessária à definição do Quadro Comunitário de Apoio 2007/2013.

ANTÓNIO BARREIRA BATISTA da CDU – usou da palavra para se referir à Reorganização da Rede Escolar, focando especialmente o transporte nalguns circuitos, onde os autocarros vêm sobrelotados, colocando em risco a segurança das crianças. Disse que o seu Partido já noutras alturas denunciou esta situação e o "Jornal Intransigente" chegou a publicar fotografias alusivas.

A responsabilidade não cabe à Câmara Municipal, porquanto se trata de transportes em carreiras regulares de serviço público, no entanto a Empresa transportadora assumiu que não tinha possibilidades financeiras para melhorar a situação, uma vez que implicaria a aquisição de novos autocarros e a admissão de mais motoristas.

No passado dia 17 de Abril foi publicada uma Lei específica para transporte de crianças, que exige segurança, qualidade e eficácia e pergunta se a Câmara Municipal terá capacidade para dar resposta imediata a esta normativa legal.

RUI JORGE RODRIGUES OLIVEIRA da CDU – disse que como deputado Municipal e como cidadão se encontra preocupado e triste, pelo papel desempenhado pela Comissão de defesa do Hospital de Chaves, uma vez que na prática nada foi feito, para além de algumas reuniões havidas. Espera que o desagrado que sente seja aliviado por uma decisão positiva que o Governo venha tomar, no sentido de criar aqui uma Unidade Local de Saúde. "Se assim não for todos teremos de assumir a nossa responsabilidade em não ter feito nada."

A visita do Primeiro – Ministro será propícia a dar resposta a esta questão que tanto o preocupa.

Disse que na rua do Calvário, uma semana antes das eleições autárquicas foram iniciadas obras de beneficiação, mas que entretanto pararam deixando a rua em péssimo estado, e pergunta para quando está previsto finalizar estas obras e se a referida rua vai ficar com sentido único ou não.

Pergunta qual o ponto da situação da exploração das águas de Vilarelho da Raia.

PAULA CRISTINA BARROS TEIXEIRA DOS SANTOS do PS – saudou a vinda do Senhor Primeiro - Ministro a Chaves, por ocasião das Festas da cidade – dia 8 de Julho e também o Senhor Presidente da Câmara na intervenção que teve neste processo. Disse que o seu Partido não tem dúvidas de que o Senhor Engenheiro José Sócrates é um amigo da cidade de Chaves. Quando Ministro da Pasta do Ambiente tomou decisões favoráveis ao Concelho de Chaves, nomeadamente o encerramento dos areais e da lixeira de Bustelo.



Um dos motivos desta visita é a abertura de um troço da A24 que com orgulho podemos dizer que foi uma conquista de Chaves a um Governo do Partido Socialista e em particular por ter sido considerada uma SCUT. Este é um exemplo prático do que são as verdadeiras políticas de defesa do interior. Para além dessa, virá também inaugurar outras obras do Programa Polis, que foi por ele defendido e aprovado para a cidade de Chaves. O Senhor Presidente da Câmara soube agarrar este projecto, investindo nele e hoje tem, efectivamente, obras para apresentar, sendo um acto de justiça que tenha convidado o Senhor Primeiro – Ministro para as inaugurar.

É preocupação do Partido Socialista a execução do Nó do Campo Queimado em Outeiro Seco, que no nosso entender, é fundamental para criar o dinamismo necessário para a nova Zona Empresarial e também para aliviar a actual Ponte de Vila Verde da Raia, de veículos pesados. A execução deste Nó terá de ser negociado e manifesta toda a disponibilidade do seu Partido e a sua própria, para efectuar as diligências necessárias no sentido de conseguir o seu financiamento e garantir, de uma forma definitiva, a acessibilidade àquela zona industrial, que foi deslocalizada por opção deste executivo. Para tal muito contribuirá o dinamismo em termos de licenciamento e de utilização daquela área.

Está em discussão a negociação do próximo Quadro Comunitário de Apoio que vai definir a distribuição das verbas e gostava de saber se a Associação de Municípios do Alto Tâmega já tomou alguma posição e fez algumas diligências em termos de estudos que possam ser indicativos e reivindicativos da distribuição das verbas do QREN. Trata-se de um processo fundamental para o desenvolvimento da nossa região em que a Assembleia Municipal deve ter uma participação activa e construtiva.

LIDIA MARIA MACHADO DOS SANTOS do PS – disse estar a decorrer até ao próximo dia 7 de Julho o “Encontro de Arte Jovem – Bienal de Arte”, com cinco espaços de exposição permanente, onde são exibidas obras da Escola Superior Artística do Porto, da Sociedade de Belas Artes e de artistas do País Basco (Espanha), cuja organização é da responsabilidade da TAMAGANI – Associação de Artistas Plásticos do Alto Tâmega e Vale de Monterrey e da Câmara Municipal de Chaves.

Perguntou porque razão não foi este evento organizado pela “Associação Chaves Viva”, cujos objectivos passam pela realização deste tipo de eventos, entre outros, e ainda se foi uma boa aposta tendo em conta o montante investido.

ANSELMO JOSÉ MARTINS do PS – disse que o relógio do Programa Polis fecha no próximo dia 30 de Junho em curso, o que significa que as obras deveriam estar concluídas.

Este executivo recebeu em “herança” um programa de investimentos de grande importância, demonstrativo do apreço que o actual Primeiro – Ministro tem por Chaves, que rondava os doze milhões e meio de euros, com 50% totalmente assegurado. Entretanto o Senhor Presidente da Câmara anunciou que duplicou o investimento, passando para vinte e cinco milhões de euros, com uma área de intervenção que passou de cem para trezentos hectares. Esses vinte e cinco milhões de euros nunca “apareceram”, efectivando-se o milhão de euros que estava assegurado pelo poder central.

Num documento que tenho em meu poder, diz-se que até ao final de Junho de 2006, serão concluídas as obras apoiadas directamente ou indirectamente pelo Programa Polis, nomeadamente a requalificação e valorização ambiental das margens do rio Tâmega; requalificação e valorização ambiental das margens da Ribeira do Caneiro e da Ribeira do Rivelas; construção do Parque Urbano da Galinheira; construção da Ponte Pedonal sobre o Rio Tâmega; requalificação e revitalização da Zona Termal,



Jardim do Tabolado e Jardim Público; construção da passagem superior para peões na Avenida 5 de Outubro; arranjo paisagístico das zonas envolventes dos Fortes de S. Francisco e S. Neutel; requalificação do Largo da Lapa; reordenamento viário, com possível construção de um Parque de Estacionamento subterrâneo; criação do Parque Multiusos de Santa Cruz; requalificação do espaço público, incluindo mobiliário urbano, sinalética e equipamento urbano; constituição de um Percurso Pedonal e Ciclovia, ao longo das margens do Rio Tâmega e a criação de um Centro de Interpretação e Monitorização Ambiental.

De todas estas obras apenas foi feita parte da requalificação e revitalização da Zona Termal e Jardim do Tabolado e o arranjo paisagístico da zona envolvente do Forte de S. Francisco.

O Senhor Presidente tem todo o direito de explicar o que não fez e porque não fez, mas também vai ter de assumir que falhou politicamente. Para gestão do Programa Polis foi criada a “Sociedade Polis” e pergunta – se: para o volume de obras levado a efeito nos quatro ou cinco anos teria sido necessário constituir uma Sociedade que “engoliu” uns largos milhares de euros? A Câmara Municipal não dispõe de Técnicos que levassem a efeito este volume de obras?

“Na última Assembleia Municipal, aceitei o Reordenamento da Rede Escolar como inevitável, mas recomendei que as novas escolas a funcionar deveriam sofrer obras de beneficiação”. Ontem num conselho escolar realizado em Vidago foi perguntado aos professores, por um elemento do executivo, quais as obras que essas escolas necessitam. A Câmara Municipal deve criar uma Comissão Interdisciplinar que avalie as escolas que vão funcionar e verifique quais as obras que necessitam.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, pela importância da intervenção do Senhor deputado Anselmo Martins e pelo facto de terem sido colocadas questões que merecem algum reparo, pediu autorização à mesa para esclarecer o seguinte:

1- Rede Escolar – O que foi dito na última reunião da Assembleia Municipal é que a Câmara Municipal fez um primeiro levantamento das obras a efectuar nas escolas de acolhimento, que iriam importar em cerca de 700 mil euros. Posteriormente os Conselhos Executivos dos Agrupamentos foram verificar, no local, se efectivamente eram aquelas as intervenções necessárias e propuseram obras de valor inferior, àquele que a Câmara tinha previsto investir, em cerca de 300 mil euros.

Os Conselhos Executivos dos Agrupamentos são responsáveis pelas obras que indicaram à Câmara Municipal para esta efectuar. Já foram feitos os respectivos orçamentos e já foram inclusive colocadas a concurso obras em duas escolas de acolhimento, conforme consta da informação municipal, e que são Cimo de Vila da Castanheira e Mairos. Vão agora mais oito a concurso com um orçamento total de 177 mil euros, e as restantes vão ser intervencionadas pela Câmara Municipal.

O Senhor deputado, que também é professor, deveria entender que estas obras não podem ser feitas enquanto há aulas e devia perguntar o que estava a ser feito, antes de fazer a intervenção que fez.

Todas as escolas de acolhimentos vão ser beneficiadas, de acordo com os pedidos feitos pelos respectivos Agrupamentos. Essas obras não vão colocar todas as escolas na situação ideal, mas vão proporcionar-lhes um mínimo de condições para funcionar. Os alunos a deslocalizar, vão para escolas com melhores condições do que as que tinham nas suas localidades.

2 – Sobre o Programa Polis, gostaria de esclarecer alguns aspectos: como o Senhor deputado sabe a “Sociedade Chaves Polis” é constituída em 60% pelo Estado e 40% pela Autarquia. Daí que 60% da responsabilidade, nesta matéria, cabe ao Estado. A obra envolvente do Espaço Termal não terminou ainda porque o pedido de



reconhecimento de interesse público está no Ministério do Ambiente desde Outubro de 2004 com despacho para publicação. Ainda não foi publicado.

O Senhor deputado relativamente à “herança” leu um documento datado de 2001, mas esse documento está desactualizado e tal como o Senhor reconhece que duplicamos o valor do investimento, também, nessa óptica, deveria multiplicar por dois o tempo de execução das obras. E se assim for estamos adiantados em obra feita.

O cargo de Presidente da “Sociedade Chaves Polis” foi sempre ocupado por alguém indicado pelo sócio Estado. O Senhor Coordenador do Programa está a par do andamento do processo e subscreve todas as reprogramações que têm sido feitas. O Senhor deputado antes de vir aqui ler documentos de 2001, devia ter o cuidado de se actualizar e inclusivamente ler o Relatório de Actividades relativo a 2005 que está disponível.

O Senhor deputado disse que o financiamento estava garantido, o que não é verdade. Como bem sabe só há financiamento quando as obras estão feitas.

A execução da envolvente do Forte de S. Neutel está prevista que termine até Dezembro deste ano e o Jardim Público já está em concurso, prevendo-se que termine, também até ao final do ano. Se não houver nenhum percalço, todas as obras previstas no Programa Polis vão a concurso até ao final de 2006 e está assumido pelo Senhor Ministro do Ambiente que o Polis de Chaves está a ser bem conduzido.

Terminou agradecendo à Mesa a possibilidade que lhe deu para esclarecer estas situações e pediu desculpa ao Senhor deputado por ter interrompido a sua intervenção.

ANSELMO JOSÉ MARTINS do PS – referiu - se novamente às obras das escolas, dizendo que, perante os esclarecimentos prestados pelo Senhor Presidente da Câmara sobre a questão, entende que a intervenção do membro do executivo, na reunião do Conselho de Docentes em Vidago, foi extemporânea.

Em relação ao Polis disse que quando o Senhor Presidente da Câmara era deputado municipal usou muitas vezes da palavra não para justificar o executivo de então, mas sim para lhe pedir contas dos seus actos e “politicamente é o que eu estou a fazer e o Senhor tem toda a legitimidade para vir aqui explicar-se como entender “.

HIGINO RODRIGUES DA SILVA do PSD – disse constar-se que está prevista, em breve, a visita do Senhor Primeiro – Ministro a Chaves, para proceder à abertura do IP3/A24 e para inaugurar a Plataforma Logística Internacional do Vale do Tâmega, o Parque de Actividades, a Escola de Enfermagem e a Biblioteca Municipal. São obras de grande importância levadas a cabo por este executivo, nos últimos quatro anos, mas há outras que se encontram em fase de acabamento, e algumas mesmo terminadas como as Termas, onde foram introduzidas grandes melhorias e inovações, o Jardim do Tabolado e o Mercado Municipal, o Museu de Arte Sacra etc. e que também são dignas de serem visitadas.

Termina felicitando o Senhor Presidente da Câmara e o seu executivo, por tudo quanto têm feito pelo Município, mas lembra que Chaves precisa de muito mais, o que não é fácil numa altura de tantas restrições de ordem financeira.

ALBERTO GERMANO PIRES LOPES do PSD – Cumprimentou os presentes e em seguida referiu-se à questão da Saúde e do Hospital Distrital de Chaves.

Sobre a Comissão criada na última Assembleia Municipal para defesa do Hospital, não ficaram bem definidos os critérios do seu funcionamento e daí poderem surgir alguns equívocos.



Supõe-se que deveria ter um Presidente, alguém que a coordenasse, para poder marcar reuniões e tratar das questões que lhe estão apensas. Temos reunido, normalmente a convite do Senhor Presidente da Câmara e discutido o assunto, mas da parte do Governo e da ARSN, apenas fomos chamados uma única vez, no passado dia 12 de Maio. Nessa altura e em consonância apresentámos os nossos argumentos, mas da parte do Senhor Secretário de Estado da Saúde nada nos foi dito, excepto que levaria o assunto ao Senhor Ministro da Saúde e que posteriormente seríamos contactados, o que até hoje não aconteceu. Temos conhecimento que depois disso houve duas reuniões, uma em Vidago e outra em Vila Real, com a presença do Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Governador Civil e o Senhor Presidente da Administração Regional de Saúde.

Perante o Senhor Secretário de Estado defendi intransigentemente e sem ambiguidades, que o Hospital de Chaves está aberto a muitas soluções, mas nunca a ser integrado no Centro Hospitalar de Vila Real. Nessa reunião o Senhor Secretário de Estado deu o exemplo do Hospital de Setúbal e o do Outão, mas este último fica a 10 km do Hospital de Setúbal, o que não parece haver aqui qualquer inconveniente em anexar duas unidades que estão tão próximas, situação que não se adequa ao Hospital de Chaves e foi isso que se disse ao Senhor Secretário de Estado. Efectivamente o Hospital de Chaves está no Centro da Região do Alto Tâmega e não se pode comparar a outras situações.

A defesa do nosso Hospital deve ser interpretada como um interesse vital da Região e, conseqüentemente, desprovida de qualquer conteúdo político e devemos unir-nos nessa defesa intransigente. Se o não fizermos a solução virá a seu tempo e sofreremos as conseqüências, sobretudo quando necessitarmos de ir a uma urgência e tivermos de nos deslocar a Vila Real.

Ao Governo, através da ARSN, apresentámos o desejo de que seja criada nesta Região, a chamada Unidade Local de Saúde que irá anexar o Hospital com os sete Centros de Saúde do Alto Tâmega, integrando os profissionais de saúde da melhor forma possível e sensibilizando os responsáveis dessa Unidade para a poupança de recursos, que é isso o que o Governo pretende.

Não estamos a pedir nada de novo ao Governo, apenas queremos garantir o que já temos e podemos, inclusivamente arranjar maneira de poupar com a integração dos cuidados primários.

Fechou a Maternidade de Santo Tirso mas existe uma outra a 9 km. Fechou a de Barcelos, mas o Hospital de Braga fica a 18 km. O nosso caso é totalmente diferente, porque com via rápida ou sem ela, o facto é que estamos a 60 km de distância de Vila Real e Montalegre e Valpaços distam muito mais. Os próprios mentores do encerramento dessas Maternidades reconhecem que Chaves é diferente.

Estão também em vias de Reorganização os Serviços Judiciários e será feita de acordo com as NUT'S. Chaves pertence a uma NUT diferente de Vila Real.

O Próximo dia 2 de Julho é institucionalmente o dia do Hospital Distrital de Chaves e toda essa semana é dedicada a debater a saúde e os problemas que lhe estão apensas. Todos deveríamos apoiar esse dia e essa semana, inscrevendo - nos na Liga dos Amigos do Hospital, que foi criada para o defender e hoje mais do que nunca ele precisa dessa defesa.

O senhor Primeiro - Ministro vai visitar-nos e se de facto é amigo de Chaves então lembremos-lhe que defenda o nosso Hospital.

LUÍS MANUEL GERALDES TEIXEIRA ARAÚJO do PSD – disse que todo o nosso Concelho e esta região, está num posição de charneira difícil. Perdeu-se o “comboio” dos anos 90, contrariamente ao que se verificou noutras cidades como Vila Real e Bragança e agora temos em risco o nosso Hospital e outros Serviços. Para os nossos



Governantes Portugal é apenas o litoral e reforçam esse conceito, extinguindo as condições de vida no interior, fomentando a deslocação. O Concelho de Chaves tem agora condições de contrariar essa tendência com a abertura da A24, promovendo o fenómeno da litoralização do IP3, provocando um acentuado crescimento das cidades do eixo - Viseu – Lamego - Vila Real - Chaves, aproveitando os recursos que temos. Não pedimos nada para a nossa terra, apenas queremos que não nos levem o que fomos conquistando ao longo do tempo. Para isso temos de mobilizar a sociedade flaviense e estender essa mobilização a todo o Alto Tâmega, através das Câmaras e Assembleias Municipais

O que Chaves sente agora é a enorme falta de “lobies” de peso que hoje suportam outras terras onde foram feitos grandes investimentos sobretudo na área das grandes superfícies.

Durante a visita do Senhor Primeiro - Ministro devemos organizar uma mobilização geral, não só para demonstrar que ainda somos muitos, mas sobretudo para lhe fazer entender que temos ambição e excelentes projectos, nomeadamente a Plataforma Logística, o Parque de Actividades, o Ninho de Empresas etc. Que temos uma posição estratégica e que se não fizermos parcerias com Lisboa podemos fazê-las com os nossos vizinhos espanhóis.

Quando em 2002 o Governo do Senhor Doutor Durão Barroso tomou posse, do IP3/A24, havia zero terrenos expropriados, o projecto de execução não estava aprovado, os estudos de impacto ambiental estavam por aprovar e daqui a Vila Real não havia rigorosamente nada. Por essa razão não é justo vir aqui dizer que devemos esta obra ao Senhor Engenheiro José Sócrates, quando foi um Governo do PSD, que teve a coragem de desbloquear um processo que estava bloqueado há muitos anos.

JOSÉ PIMENTEL SARMENTO do PSD – iniciou a sua intervenção chamando a atenção do Vereador responsável pelo trânsito, para uma placa de sinalização existente junto da “RODONORTE”, que diz “trânsito proibido, excepto a moradores” e está a induzir os moradores em erro ao lhe permitir passar para a Rua Direita e ali a Polícia está a actuar.

Disse não estar de acordo com a intervenção da Senhora deputada Paula Barros, quando diz de uma forma “ligeira” que o troço da A24 a ser inaugurado em breve é uma conquista ao Governo Socialista. Certamente que a Senhora deputada já não se recorda que na altura o então Primeiro Ministro António Guterres, acompanhado do Senhor Ministro António Costa esteve nos Paços do Concelho de Chaves onde disse que para nos compensar da saída da Polícia Judiciária, iria lançar imediatamente o troço da auto-estrada de Vila Verde da Raia a Vila Pouca de Aguiar. Esqueceu-se de dizer, nessa altura, que não havia um metro de terreno expropriado, o projecto de impacto ambiental não estava feito e nem sequer estava definido o traçado. Todo esse processo foi desenvolvido pelos Governos do Primeiro - Ministro Durão Barroso e Santana Lopes e hoje efectivamente podemos inaugurar uma obra que é fundamental para o desenvolvimento de toda esta região.

Os Governos do Partido Socialista têm sido pródigos em encerrar Serviços e vender o património. Foi a Polícia Judiciária, agora são Centros de Saúde, Maternidades e Escolas, a seguir vem a Reestruturação dos Serviços Prisionais (vão encerrar 22 cadeias, incluindo a nossa), dos Tribunais, das Subdelegações da Direcção Geral de Viação e outros que a seguir se seguirão.

Tive também conhecimento que vão ser vendidos doze F16, dez helicópteros PUMA e duas Fragatas da Marinha, isto é inconcebível.

“O Senhor Primeiro – Ministro vem a Chaves e seria muito bem-vindo se os Flavienses não tivessem sido já bem penalizados pelos Governos Socialistas, e por essa razão não lhe vou bater palmas. Não posso homenagear uma pessoa que me



vem tirar os meus cuidados de saúde levando as valências do nosso Hospital para Vila Real. Por minha vontade já se tinha mobilizado a população e tomado medidas mais drásticas. Não quero que amanhã me acusem de não ter feito nada para evitar isso. Estou disponível para tudo o que for necessário fazer em defesa do nosso Hospital e de outros Serviços”.

Saliento e louvo a visão do Senhor Presidente da Câmara e da sua equipa, ao investir em equipamentos tão importante como o Parque Empresarial, a Plataforma Logística e o Mercado Abastecedor, que serão a força motriz do desenvolvimento do nosso Concelho.

Relativamente ao Nó de Outeiro Seco, o despacho relativo ao financiamento só não foi assinado por ter sido destituído o Governo do Dr. Santana Lopes. O processo estava já nessa altura concluído e bem informado e só não foi despachado para não acusarem o Ministro de oportunista, ao fazer despachos com o Governo dissolvido. O Partido Socialista ainda não despachou porque não tem vontade de o fazer, pois o processo está devidamente instruído e informado desde o anterior Governo.

ISAURA DAS DORES GOMES DE SOUSA do PSD – disse entender que deveria dar continuidade ao raciocínio reflectido na intervenção que fez na reunião anterior deste Órgão Autárquico sobre educação. Que, quando falou da autonomia das escolas - no controle assustador - quis situar-se, em termos de gestão de recursos humanos, com a obrigatoriedade de uma hora e meia na prestação de serviço aos estabelecimentos. “A fazer o quê? E onde? Só se for no recreio pois não existem salas nas escolas com condições para trabalhar. Contabilizando sete horas semanais para trabalho individual em preparação de aulas, não fica tempo suficiente para as leituras, para a organização dos trabalhos dos alunos e sua correcção, para as reuniões de Conselhos, de Departamentos, com Pais e Encarregados de Educação e a feitura das actas, para além de outras actividades.

“Como se avaliam ou recompensam os professores que se dedicam de alma e coração à causa da educação? E porque será que nem todos os professores se sentem motivados? Porque haverá razões para isso? E a igualdade de direitos e deveres e as aulas de substituição? Será que compete à escola a preocupação de se organizar? Estamos a ser mal tratados, em primeiro lugar pelos superiores hierárquicos, que têm a obrigação de nos conhecer e apoiar e ainda não ouvi ninguém a defender – nos. Somos acusados pelos pais que querem os seus filhos conforme as suas conveniências e somos, em muitos casos, maltratados pelos próprios alunos como é noticiado frequentemente.

Também somos acusados de haver excedentes. No meu entender o sistema absorveria todos os professores se lhe concedessem oportunidade de investigação pela acção da sua própria prática pedagógica dentro e fora das aulas. Mas não há investigação educativa nos vários sectores de ensino e a que há é feita por professores catedráticos que não conhecem a nossa realidade porque nunca trabalharam nela. Como sugestões, para além das implicadas nas interrogações que ficaram deixo duas ideias que consagrariam o sistema, elevando-o ao nível que lhe seria devido: a constituição de equipas de professores em trabalho com alunos, com pais e com outros professores; que fosse por escrito analisada à luz das teorias construtivistas onde a avaliação do seu próprio trabalho seria uma constante, o que, certamente, iria beneficiar o próprio sistema educativo. Em Portugal lê-se pouco e escreve-se mal. Seria necessária uma reestruturação e dinamização de todos os intervenientes no sistema educativo, que não têm rosto, ainda que seja constituído por pessoas que têm rosto e dão a cara por uma educação de qualidade.”



Sugeriu a redução de alunos por turma, onde fosse possível constituir turmas de ano único e desta forma haveria sucesso escolar. Com as novas tecnologias é impossível a um professor gerir em condições uma turma com mais de 20 alunos.

O **SENHOR PRESIDENTE DA MESA**, pediu autorização para colocar à discussão a Proposta anteriormente apresentada pelo Senhor deputado do CDS/PP e já transcrita, tendo sido aceite. Usaram da palavra os seguintes deputados:

LUÍS GERALDES TEIXEIRA ARAÚJO do PSD – usou da palavra para informar que o que se propõe na Proposta em análise implica uma alteração ao Regimento da Assembleia Municipal. Disse verificar-se um esforço por parte da Mesa, na qual tem toda a confiança, na distribuição e controle do tempo pelos respectivos Grupos Municipais. Elogiou o esforço da funcionária que redige e faz as actas das reuniões porque cada vez mais traduzem de uma forma fiel o que aqui é tratado. Disse ainda que caso haja alguma diferença, a mesma seja discutida a nível de Grupos Parlamentares e seja aí resolvida. Pelas razões apresentadas o PSD não aceita a Proposta.

Posta à votação foi a mesma rejeitada com 1 voto a favor, 29 abstenções e 43 votos contra.

O **SENHOR PRESIDENTE DA MESA** informou que deu entrada na Mesa uma Proposta da CDU, a qual leu e se transcreve:

“MOÇÃO

A Assembleia Municipal de Chaves, reunida em 28 de Junho de 2006 decide manifestar o seu apoio inequívoco à criação de uma Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega, envolvendo o Hospital Distrital de Chaves e os sete Centros de Saúde do Alto Tâmega

Certos de que esta solução é a que melhor corresponde aos interesses das populações e a que melhor permite aproveitar os recursos humanos, técnicos e de instalações existentes do Serviço Nacional de Saúde. Permite-se, assim, cumprir as funções do Estado na área da Saúde.

Estamos certos também que a manutenção e expansão das estruturas do Hospital Distrital de Chaves ganha importância crescente perante a ausência de estruturas hospitalares de dimensão semelhante em toda uma vasta região da nossa vizinha Galiza.

Chaves 28, de Junho de 2006

O Grupo Municipal da CDU”

Foi aceite a sua discussão, tendo usado da palavra os seguintes deputados:

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – disse que depois da sessão da Assembleia Municipal realizada em 26 de Abril passado, onde foi tomada uma posição sobre a Saúde e na ausência de uma resposta que o Senhor Secretário de Estado da Saúde, prometeu dar, no passado dia 12 de Maio de 2006, quando a Comissão criada foi receberia por ele, pela primeira e única vez, tendo posteriormente optado por reunir com os Presidentes dos Municípios do Alto Tâmega, Director Regional de Saúde e Governador Civil, sem que fosse decidido qual o futuro do Hospital de Chaves, deveria o assunto voltar a ser agendado para esta sessão.

Que apresentou esta “Moção”, perante o facto de mais ninguém referir o assunto e o seu Partido está disposto a fazer ajustes de modo a que a Proposta seja aprovada por todos os Partidos e que demonstre inequivocamente que a Assembleia Municipal de Chaves está solidária com a Proposta que a Comissão para a Defesa do Hospital apresentou, no sentido de criar uma Unidade Local de Saúde.



LUÍS GERALDES TEIXEIRA ARAÚJO do PSD – disse que, dada a importância do assunto deveria ser a Assembleia Municipal, unanimemente, a propor este apoio às posições tomadas pela Comissão de Defesa do Hospital e sugeriu que o texto fosse reescrito, apontando nesse sentido.

PAULA CRISTINA BARROS TEIXEIRA DOS SANTOS do PS – disse apreciar a iniciativa apresentada pelo Senhor deputado Manuel Justino Matos Cunha, ao apresentar esta “Moção”, mas lembra que existe uma figura regimental que permite a qualquer Grupo Municipal, em tempo útil fazer a solicitação para inscrição na ordem de Trabalhos.

No que respeita ao funcionamento da Comissão de Defesa do Hospital a Proposta da Unidade Local de Saúde, surgiu posteriormente, o que demonstra ter havido alguma evolução nos trabalhos realizados, havendo agora um espaço negocial não só da parte da Assembleia Municipal, como também das Autarquias do Alto Tâmega, devendo o Senhor Presidente da Câmara, na qualidade de legítimo representante dos flavienses, ter a última palavra. “Nós não queremos abdicar de nada do que já temos em termos de Saúde, mas queremos que a sua última palavra se configure com uma possibilidade que venha não só a garantir o que temos, mas também a abrir a conquista a mais.

Na última reunião da Comissão, onde esteve o Senhor Presidente da Câmara e os representantes dos Grupos Municipais com assento na Assembleia Municipal, a posição definida foi no sentido de optar pela Unidade Local de Saúde. O Grupo Municipal do Partido Socialista está, inequivocamente, ao lado desta solução e aprova a “Moção” apresentada pela CDU, sempre com a ressalva que deverá ser o Senhor Presidente da Câmara a defender os nossos interesses quer em espaço negocial com as outras Autarquias do Alto Tâmega, quer no que diga respeito à integração dos médicos dos Centros de Saúde, com médicos hospitalares e que esse processo seja conduzido em paz. No que respeita à negociação com o Ministério, que o Senhor Presidente da Câmara nos garanta a manutenção dos Serviços e acréscimo de mais alguns, nomeadamente Serviços de ponta e mais investimento na nossa unidade hospitalar.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA**, solicitou a compreensão da Assembleia para a informalidade em que se apresentou, ao tirar o casaco, atendendo à alta temperatura que se fazia sentir e em seguida respondeu às questões que lhe foram colocadas pelos Senhores Deputados, sobre a “Moção” em causa.

Sobre a questão da Saúde houve uma reunião com o Senhor Secretário de Estado em 12 de Maio último, como é do conhecimento de todos e a partir daí ficou o Senhor Governador Civil de agendar outras reuniões, convidando as pessoas que entendesse por conveniente. Em 2 de Junho houve uma nova reunião em Vidago, com a minha presença e com a presença dos Senhores: Presidente da Câmara Municipal de Montalegre, na qualidade de representantes dos restantes autarcas do Alto Tâmega; Conselho de Administração do Hospital Distrital de Chaves; Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Vila Real/Peso da Régua; Director da Administração Regional de Saúde do Norte e Senhor Governador Civil de Vila Real. Nessa reunião foi-nos apresentada uma Proposta para integração do Hospital Distrital de Chaves, no Centro Hospitalar de Vila Real/Peso da Régua e eu tive ocasião de dizer que a posição dos Autarcas do Alto Tâmega era no sentido de apresentar uma proposta alternativa que seria a criação de uma Unidade Local de Saúde.

A seguir, numa reunião onde estiveram presentes todos os elementos que fazem parte da Comissão, dei-lhes conhecimento desta situação. Numa nova reunião, com



a presença de todos os elementos, com excepção do Senhor Deputado Alberto Germano Pires Lopes, preparei uma Proposta que apresentámos no dia 19 de Junho, numa nova reunião em Vila Real, com as mesmas pessoas que tinham estado em Vidago, para criação da já referida Unidade local de Saúde, que diz o seguinte:

“PROPOSTA DA CRIAÇÃO DA UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO ALTO TÂMEGA E BARROSO.

A - ENQUADRAMENTO LEGAL

- 1) DL 11/93, de 15 de Janeiro; **(a)**
- 2) Despacho nº.24/94, de 9 de Junho; **(b)**
- 3) Aviso da ARS/Norte – DR.II Série de 26.09.94; **(c)**
- 4) Resolução do Conselho de Ministros nº.102/2005; **(d)**
- 5) Decreto – Lei 93/2005 de 7 de Junho; **(e)**

a) Estatuto Nacional de Saúde (SNS):

- Pretende superar a tradicional dicotomia de cuidados primários e cuidados diferenciados. Cria unidades integradas de cuidados de saúde, regulando a articulação entre os Centros de Saúde e Hospitais (Foi-me dito que esta Lei nunca foi posta em prática, mas existe)

- Responde às crescentes exigências das populações em termos de qualidade e prontidão de resposta, aos seus anseios e necessidades sanitárias, proporcionando criteriosa gestão de recursos tão próximo quanto possível das pessoas.

b) Define a articulação em concreto entre Hospitais e Centros de Saúde (em concreto)

c) Cria a Unidade de Saúde de Chaves, sendo a primeira a ser criada no País.

d) A Resolução 102/05 do Conselho de Ministros, deste Governo, refere expressamente no nº. 5, alínea j), no âmbito da sustentabilidade do Serviço Nacional de Saúde, que é prioridade do Governo, a criação de UNIDADES LOCAIS DE SAÚDE (pode ser confirmada no Portal do Governo).

e) Por último o Decreto - Lei 93/2005, de 7 de Junho criou a Unidade Local de Matosinhos (única no País), com o estatuto de EPE.

B – ANTECEDENTES

6) Em 9 de Novembro de 2005, num debate sobre Unidades de Saúde onde se constata (está também no Portal do Governo) que há poupanças avultadas e ganhos de eficiência na partilha de Serviços entre Hospitais e Centros de Saúde.

7) Com a participação do Senhor Ministro em sessão sobre o trabalho da missão para os cuidados de Saúde Primários, em 12 de Janeiro de 2006, concluiu que a reorganização do sector deve obedecer a princípios e valores fundamentais com uma orientação para o cidadão, transparência nos processos de decisão e observação do quadro ético de responsabilidade social. Definem-se aí oito áreas de intervenção prioritárias de onde consta a implementação de UNIDADES DE SAÚDE LOCAIS, a desenvolver e a testar.

C – JUSTIFICAÇÃO

8) O Hospital Distrital de Chaves recebe 54% do território e 40% da população do Distrito, (alcançando próximo dos 50%, com os Municípios de Vila Pouca de Aguiar e Ribeira de Pena).



9) Considerando as distâncias entre as localidades do Alto Tâmega e Barroso e Chaves.

10) Considerando os investimentos realizados no Hospital Distrital de Chaves.

11) Considerando que o Alto Tâmega e Barroso é um dos mais importantes Centros Termais da Europa (Chaves, Vidago, Pedras Salgadas e Carvalhelhos). Neste contexto a saúde é um importante factor de competitividade.

12) Considerando que a emigração provoca a duplicação de utentes nos meses de Verão.

13) Considerando a apetência turística da Região - só em Chaves em 2004 foram registadas 111 mil dormidas.

14) Considerando a dinâmica da Região que se consolida e desenvolve com a A24, o que lhe confere fundamental papel na ligação entre o Litoral e o Interior e entre o Norte de Portugal e a Galiza (Chaves é o maior pólo de atracção dos dois lados da fronteira, numa área com 100 mil habitantes em Portugal e 70 mil na Galiza). A ULS pode servir 170.000 habitantes.

15) Considerando os princípios constitucionais da universalidade e equidade nos serviços aos cuidados de Saúde.

PROPOMOS a criação da Unidade Local de Saúde, que, entretanto já denominamos do Alto Tâmega e Barroso.

Desta forma, além de outras vantagens permite-se que o Hospital Distrital de Chaves tire melhor rendimento dos seus serviços e equipamento, que os Centros de Saúde canalizem mais facilmente os seus doentes para o Hospital e que os doentes tenham a vantagem e o conforto de se dirigirem a um local apenas, para vários tipos de exames complementares de diagnóstico, havendo mais acessibilidade do cidadão ao sistema de Saúde. Promove-se a articulação entre os vários níveis de cuidados e a sua continuidade, para além de proporcionar troca de saberes entre profissionais.”

Tenho aqui uma cópia de um comunicado do Partido Socialista referente a um encontro que houve em Chaves, saído no Jornal “Negócios de Valpaços”, em que refere expressamente o Presidente da Câmara de Chaves, mas é bom saber que quem vai decidir não é o Presidente da Câmara, mas sim o Governo, mediante as duas propostas que tem à frente. Se fosse o Presidente da Câmara de Chaves a decidir não existia esta questão. É bom que cada um assuma as suas responsabilidades e eu, como Presidente da Câmara, mas também como cidadão, desempenhei o meu papel ao fazer esta Proposta, consultei os restantes Autarcas do Alto Tâmega, que são solidários com ela - sempre acompanhado pela respectiva Comissão.

Aguardamos a decisão do Ministério e do Governo.

O PRESIDENTE DA MESA colocou à apreciação dos Grupos Municipais a Proposta, tendo estes aceite reescrevê-la e apresentá-la em nome da Assembleia Municipal.

Em seguida deu a palavra ao **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** para responder às questões colocadas neste período de “Antes da Ordem do Dia”:

- O Senhor deputado **Francisco Chaves de Melo** colocou em causa a transcrição da sua declaração de voto na acta da reunião anterior mas, também, nessa mesma reunião, numa resposta ao seu camarada de bancada – Senhor Vereador António Almeida, foi por mim dito que assumia o lapso que houve no título da Proposta, na página 6, quando aparece: “Proposta de Alteração à Carta Escolar” em vez de aparecer “Reorganização da Rede Escolar”, o que, no meu entender é a mesma coisa.

A Reorganização da Rede Escolar que aqui foi aprovada não só teve a participação da DREN e dos Agrupamentos, como teve a aprovação unânime das Associações de



Pais e do Conselho Municipal de Educação, tendo sido um trabalho feito com critério, com ponderação e uma questão de nomenclatura não o deverá colocar em causa, tanto mais que já está em fase de aplicação.

- O Senhor deputado **Valdemar Carneiro** referiu a falta de sinalização e horário de funcionamento dos sanitários existentes na zona das Termas. Teremos em consideração a sua chamada de atenção, mas não vão ser abertos, para além das 20, 00 h a fim de acautelar que não voltem a ser vandalizados, como já aconteceu por diversas vezes. Quanto à questão que colocou sobre o evento desportivo, já nos anos anteriores se fez a semana do desporto naquele espaço, por ser o mais central e por se entender que os horários não iriam perturbar a utilização do balneário termal. Admitimos rever a localização desse evento, conforme sugeriu.

- O Senhor deputado **Manuel Justino Matos Cunha** falou sobre a saúde, assunto que já foi devidamente discutido.

Em relação à visita do Senhor Primeiro – Ministro a Chaves, esclareço que foi por ele feita uma excepção vir no dia do Município, embora tenha ficado desde logo assente não participar na cerimónia oficial, para não abrir uma excepção. Isto porque tem recebido vários convites de outros Municípios para os visitar no dia das suas comemorações e não os tem aceite. Se Portugal for à final do Mundial, o Senhor Primeiro – Ministro não virá a Chaves no dia 8, mas irá à Alemanha e será marcado uma nova data, a qual será oportunamente comunicada e para a qual deixo o convite a todos os presentes, independentemente de lhe fazer chegar o respectivo convite escrito. O Programa é o seguinte: às 10,30h será inaugurada o troço da Auto-estrada, no Nó de Vila Verde da Raia, com a presença não só do Senhor Primeiro – Ministro, como também do Senhores Ministro das Obras Públicas, da Economia e da Senhora Ministra da Cultura; às 11,30h será inaugurada a zona de localização das actividades económicas, em que a Plataforma Logística é primeira do País a ser inaugurada, porque está concluída; dali seguiremos para a inauguração da Biblioteca Municipal, onde visitarão também uma exposição do Pintor Nadir Afonso. Seguir – se - à para Vidago, onde será servido o almoço e será também apresentado o projecto da UNICER, terminando aqui a visita.

Está prevista a assinatura de um Protocolo para constituição de uma Comunidade Transfronteiriça, com a participação dos seis Municípios do Alto Tâmega mais o de Vinhais e treze Municípios da Galiza e da Junta da Galiza, a qual será adaptável ao Convénio Luso-Espanhol assinado em Valência e a vigorar desde Janeiro de 2004. Será para nós um instrumento importante, nomeadamente nas candidaturas aos Fundos Comunitários e em particular ao INTERREG, o qual terá apenas 20% das verbas que estiveram disponíveis no último Quadro Comunitário de Apoio.

Se até ao dia 8 de Julho houver, da parte o Ministério da Ciência e do Ensino Superior alguma resolução sobre a Escola Superior de Saúde, o Senhor Primeiro – Ministro visitá-la-à. De outra forma não.

No próximo ano, uma vez que há um importante conjunto de obras em fase de conclusão, há também a previsão de uma nova visita com um Governo presente, à semelhança do que aconteceu este ano em Bragança, para inaugurar novas obras.

Solicito ainda a esta Assembleia que me permita formular aqui o convite para todos estarem presentes na visita que a Senhora Secretária dos Transportes fará a Chaves, na próxima 3ª. Feira. Às 11,00h estará no Centro Cultural. Depois visitará a Plataforma Logística, com a finalidade de a enquadrar, na perspectiva do Governo, na Logística Nacional. Prevê-se ainda a presença da Senhora Conselheira dos Transportes da Galiza e o Conselheiro dos Transportes do Governo de Castela/Leão. A Autarquia tomou a iniciativa de convidar o Senhor Primeiro – Ministro e deve ser por todos nós bem recebido, mostrando-lhe que estamos mobilizados e que



queremos participar no desenvolvimento nacional e apresentar-lhe de forma educada e ordeira as nossas reivindicações, com o respeito que nos merece.

Sem ser capital de Distrito sempre resistimos ao que as capitais de Distrito tiveram de mão beijada, e essa capacidade de resistência dá-nos hoje a expectativa, a esperança e a confiança de sermos capazes de, em condições iguais, podermos ultrapassar em desenvolvimento as zonas que nos são limítrofes.

O Senhor deputado Manuel Cunha referiu também a questão da Regionalização. Sempre me declarei a favor da Regionalização. Hoje existem cinco Regiões Plano no País, traçadas pelo Professor Valente de Oliveira, e a partir das quais há um conjunto de Serviços que funcionam. Neste contexto há a previsão da Região Norte passar ser reorganizada por NUT'S III, que até aqui agrupava o Alto Trás-os-Montes e o Douro e por proposta nossa foi alterada, passando a designar-se por NUT Trás-os-Montes e NUT Douro. O Município de Ribeira de Pena que pertencia à NUT Tâmega já aderiu à NUT Trás-os-Montes, bem como os de Mogadouro e Vila Flor; o de Murça que pertencia a Trás-os-Montes aderiu ao Douro. Hoje a NUT Trás-os-Montes tem quinze Municípios devidamente identificados, mas ainda não se sabe quais as suas competências, prevendo-se a publicação de legislação até ao final do ano.

As Associações de Municípios actualmente existentes irão passar a Associações de Fins Específicos, como a do Alto Tâmega já é, e ao nível da NUT III poderão candidatar-se a Fundos Comunitários.

Isto é uma Regionalização sem referendo, se nós soubermos transferir responsabilidades e serviços para estas organizações territoriais de base.

- O Senhor deputado **António Barreira** referiu novamente a questão dos transportes escolares e a nova legislação. A Câmara Municipal de Chaves, dentro das suas responsabilidades, cumprirá com as regras impostas e terá em atenção o cumprimento dessas mesmas regras por parte das outras empresas transportadoras.

Nos concursos feitos para o novo ano lectivo, e em relação aos circuitos já entregues, foi exigido aos concorrentes o cumprimento rigoroso da lei, nomeadamente na apresentação do caderno de encargos, programa de concurso e cumprimento dos respectivos prazos. Houve circuitos que ficaram desertos e que teremos de abrir novamente. Haverá sempre situações não desejadas, mas teremos o cuidado de fazer o competente acompanhamento e procurar intervir quando haja motivos para isso.

- O Senhor Deputado **Rui Oliveira** para além da questão do Hospital que já foi discutida, falou também nas obras que a Autarquia está a levar a efeito na Rua do Calvário. Efectivamente quando se iniciaram foi com a intenção de as concluir de imediato, mas como não havia no local infraestruturas subterrâneas, foi necessário interromper a pavimentação. Houve também a necessidade de adaptar e definir os passeios e tudo isso levou a que as obras se atrasassem. Nesta altura estão reunidas as condições para se dar continuidade aos trabalhos.

Relativamente às Águas de Vilarelho, na página quinze da acta da sessão anterior, desta Assembleia Municipal, encontra-se informação actual sobre o trabalho desenvolvido pela Iberáguas sobre esta questão, nomeadamente com a continuidade em 2006 dos programas analíticos específicos, indicados pelos Órgãos de Tutela (Ministérios da Saúde e Economia); apresentação na Direcção de Geologia e Energia do dossier referente ao perímetro de protecção; trabalhos de monitorização de uma nova captação; benfeitorias e monitorização das captações existentes, dadas as características do solo; ensaios de caudal; estudos adequados para nova captação e estudo de viabilidade de exploração. Temos indicação de que um dos furos já terá o aval positivo para exploração.



- A Senhora deputada **Paula Barros** referiu a visita do Senhor Primeiro – Ministro que já foi esclarecida. Sobre o Programa Polis todos sabem que foi o último a ser lançado no País, pelo Senhor Engenheiro José Sócrates, aquando Ministro do Ambiente.

Sobre o Parque Empresarial a Senhora deputada referiu a Proposta do Partido Socialista no mandato de 1997/2001 e a que foi apresentada por este executivo. A Proposta do PS era limitativa a vários níveis nomeadamente: 1. – não permitia a expansão do Parque, ficava limitada pela auto-estrada; 2. – a intervenção que hoje está feita no Campo Queimado, se tivesse sido feita na zona antes prevista, iria criar problemas de impermeabilizações na rede de drenagem de águas pluviais e de saneamento básico de Outeiro Seco; 3. – o acesso do Nó de Chaves Centro, a essa zona empresarial ficava dez vezes mais caro, do que o Nó de Outeiro Seco. Este último custa um milhão e meio de euros e a via dupla desde Chaves até Sanjurge seria muito mais cara.

A nossa opção foi melhor em termos de localização - fica ao lado da auto-estrada, com acesso directo à mesma - com custos muito mais reduzidos, quer para o Estado, quer para a Autarquia, já não referindo a aquisição dos terrenos que foram muito mais baratos em relação aos que o executivo socialista tinha na sua proposta e a execução no terreno foi mais rápida do que seria a anterior, porque a elaboração dos Planos de Pormenor e dos Planos de Urbanização ainda hoje, provavelmente, não estaria concluída.

O próximo Quadro Comunitário de Apoio vai obedecer a regras muito diferentes dos anteriores, que consignavam os investimentos a determinados Municípios ou Associações de Municípios. No Próximo QCA que tem como base três áreas fundamentais – Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Coesão Social e Emprego; Inovação e Reforma Económica – os critérios que vão prevalecer serão a concentração e a selectividade dos projectos. Está em inquérito público a discussão do Plano Nacional de Ordenamento do Território. É um documento necessário, que vai enquadrar a nível nacional, em primeiro lugar as opções regionais e posteriormente as municipais (PDM'S). Pela primeira vez o País pode ter uma hierarquia de Planos que define a articulação entre eles. O Plano Nacional de Ordenamento do Território tem três princípios fundamentais: subsidiariedade, participação e contratualização (havendo intervenções ou projectos feitos no âmbito desse Plano é possível contratualizá-los com Associações de Municípios) e tem um objectivo global que é a coesão do território e uma estratégia que é o desenvolvimento regional e local. Entre o Plano Nacional de Ordenamento do Território e o Plano Director Municipal há uma figura intermédia, que na nossa Região é o Plano Regional de Ordenamento do Território.

No contexto da grande Região Norte há três sub - espaços a saber: Área Metropolitana do Porto, o Minho e Trás-os-Montes e Alto Douro. Está a ser elaborado, sob a minha responsabilidade directa o Plano Regional de Trás-os - Montes e Alto Douro, por uma equipa da UTAD. Os seus princípios são: valorização geo – estratégica da Região; a internacionalização da economia e a cooperação transfronteiriça; a salvaguarda do património e a protecção ambiental; a protecção dos produtos regionais; o turismo e irá ter ainda um capítulo específico sobre o papel das cidades da Região, com respectiva vocação, serviços e a complementaridade entre elas. Estes documentos fundamentais estão a ser elaborados em simultâneo, prevendo-se a sua conclusão até ao final do corrente ano.

Os desenvolvimentos que houver sobre o QREN, serão dados a conhecer a esta Assembleia. Neste momento Chaves já dispõe de três instrumentos fundamentais devidamente aprovados – Reorganização da Rede Escolar – Plano de



Desenvolvimento Social – Agenda 21 Local, que nos permitem efectuar as candidaturas ao novo QCA nas devidas condições.

- A Senhora deputada **Lídia Maria Chaves dos Santos** referiu a questão da “Bienal de Arte Jovem”. Este evento teve a sua primeira iniciativa em 1992 – há 14 anos e volta a ser realizado este ano. Depois de consultar os documentos em arquivo verificou-se que o evento realizado em 1992 custou à Autarquia vinte e dois mil contos – cento e dez mil euros; o que está a decorrer custa sensivelmente metade daquele valor. A função da “CHAVES-VIVA” é promover eventos habituais, mas este é bienal e como a pessoa que hoje está à frente da “TAMAGANI”, foi quem organizou a 1ª. Bienal de Arte Jovem, entendeu-se entregar a organização da 2ª. Bienal a um conjunto de pintores e escultores que inclui artistas da Galiza, alargando este espaço a um maior número de obras e também a mais visitantes. Este evento percorre toda a cidade, abrangendo as freguesias de Santa Maria Maior, Madalena e Santa Cruz/Trindade e ainda um espaço no Regimento de Infantaria 19, onde foram colocadas as obras de maior valor, não só para garantir a sua segurança, como também pela sinergia que sempre existiu entre a população civil e militar. Entendemos ser a melhor opção para a apresentação de um evento desta natureza e também para a sua promoção. Foi feita uma reportagem pela RTP e será feita outra pela TVI, para além de notícias publicadas em vários jornais. Como é Bienal será alternada com a “Flávia Criativa”, que foi realizada no ano passado – 13 anos depois da primeira.

A título informativo e segundo me foi dito pelo Senhor Chefe do Estado - Maior General das Forças Armadas, o Quartel de Chaves vai continuar activo.

- Ao Senhor deputado **Anselmo José Martins** para além dos esclarecimentos antes por mim prestados, tenho aqui cópias dos ofícios que foram enviados aos Agrupamentos, que lhe posso fornecer, a solicitar a indicação das obras e reparações necessárias, que serão executadas no período de férias, de forma a que o ano lectivo 2006/2007, arranque e decorra nas melhores condições. Relativamente ao Polis tenho a dizer-lhe ainda que para além do Programa, herdamos também um modelo de gestão e as obras concluídas no âmbito deste Programa, são da responsabilidade da Autarquia.
- O Senhor deputado **Higino Domingos Silva** referiu as obras feitas e as que estão a decorrer, ao que também atrás já me referi.
- Ao Senhor deputado **Alberto Germano Pires Lopes** também já respondi, de uma forma genérica, quando referi a questão do Hospital, bem como ao Senhor deputado **Luís Geraldês** e ao Senhor deputado **José Pimentel Sarmento**.
- A Senhora deputada Isaura de Sousa fez uma reflexão sobre a Educação.

O Senhor **DEPUTADO ANSELMO JOSÉ MARTINS** do PS – perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se os Agrupamentos têm capacidade para fazer o levantamento das obras que é necessário fazer nas escolas.

O Senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu que o levantamento das necessidades de intervenção nas escolas foi feita por um Arquitecto e dois Engenheiros Cívicos da Autarquia. Esse relatório foi entregue aos Agrupamentos que depois de o analisar reduziram essas intervenções. Posteriormente, com a presença do Senhor Engenheiro Altino Rio e com a equipa dos técnicos antes mencionada, deslocaram-se às escolas para orçamentar de novo os trabalhos necessários a realizar.

É estranho que venha alguém de um Agrupamento dizer que não conhece o processo.



DEPUTADO JOSÉ ANTÓNIO TRINDADE MENDES do PS – usou da palavra para perguntar ao Senhor Presidente da Câmara porque é que não foi a “CHAVES VIVA”, a organizar a “2ª. Bienal de Arte Jovem de Chaves” uma vez que é uma “Empresa Municipal vocacionada para a promoção de eventos culturais como a pintura e a escultura, mas sim a Empresa Privada “TAMAGANI”. Disse que se a “CHAVES VIVA”, não tem capacidade para realizar este tipo de eventos então deve extinguir-se.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** esclareceu o Senhor deputado Trindade Mendes que o Senhor Eurico Borges, não é funcionário da “CHAVES – VIVA”, mas sim da Câmara Municipal de Chaves. Também esclareceu que a “CHAVES – VIVA” é uma Associação e não uma Empresa Municipal como foi dito pelo Senhor deputado na sua intervenção; Se fosse uma empresa teria de ter capacidade para realizar determinadas actividades, em função do objecto social, mas como não é, também não é obrigada a ter capacidade para realizar eventos como este, porque não dispõe de meios técnicos nem humanos para o fazer. Numa Associação existem associados, não sócios e se é a Câmara que paga também é ela que manda. A Escolha do Presidente da Associação foi à reunião de Câmara.

O Relatório de contas da “CHAVES – VIVA”, é aprovado na respectiva Assembleia da Associação, é levado à Câmara Municipal e é entregue aos Senhores Vereadores do Partido Socialista que podem informar os Senhores deputados dos recursos gastos e investidos nesta Associação.

DEPUTADO FRANCISCO ANTÓNIO CHAVES DE MELO ao PS - pediu a palavra para usar o direito de resposta, em defesa da honra e pediu ao Senhor Presidente da Câmara para não o acusar sem razão. Disse que levantou na semana anterior, no Gabinete da Assembleia Municipio os documentos que lá tinha e que também levantou os mapas das modificações orçamentais e do PPI, que faziam parte do ponto 2, da agenda de trabalhos desta Sessão e que, por lapso, não lhe tinham sido entregues. “Aguado o respectivo pedido de desculpas”.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**, respondeu ao Senhor deputado que já uma outra vez subiu ao estrado para lhe formular um pedido de desculpas, mas desta vez não se sentia na obrigação de o fazer, porque não lhe chamou mentiroso. “No entanto, se o Senhor deputado faz muita questão disso, aceite as minhas desculpas, se por ventura, nalgumas das minhas intervenções usei algum termo que o pudesse ter ofendido na sua honra”.

O **SENHOR PRESIDENTE DA MESA** informou que a “Moção” antes apresentada pela CDU, foi reescrita, ficando com a seguinte redacção:

“MOÇÃO

A Assembleia Municipal de Chaves, reunida em 28 de Junho de 2006 decide manifestar o seu apoio inequívoco à criação de uma Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega, envolvendo o Hospital Distrital de Chaves e os sete Centros de Saúde do Alto Tâmega, tal como Proposta apresentada pelos Autarcas do Alto Tâmega.

Estamos certos de que esta solução é a que melhor corresponde aos interesses das populações e a que melhor permite aproveitar os recursos humanos, técnicos e de instalações existentes do Serviço Nacional de Saúde. Permite-se, assim, cumprir as funções do Estado na área da Saúde.



Estamos certos também que a manutenção e expansão das estruturas do Hospital Distrital de Chaves ganha importância crescente perante a ausência de estruturas hospitalares de dimensão semelhante em toda uma vasta região da nossa vizinha Galiza.”

Posta à votação foi aprovada por maioria, com apenas uma abstenção

O Senhor **DEPUTADO ANSELMO JOSÉ MARTINS** do PS fez a seguinte declaração de voto:

“ Abstenho-me na votação desta Proposta, porque como já disse aqui, gosto de ser um homem coerente. Posso não o ser constantemente, mas esforço-me por isso. Este é um problema que também a mim me preocupa profundamente. Já participei em debates acerca desta problemática, já assumi posições públicas e, de forma alguma, eu me iria comprometer com uma resposta quando não sei ainda, em concreto, o valor e a profundidade da outra Proposta. A minha posição é esta: se a integração num Hospital, do tipo Central – Trás-os-Montes e Alto Douro – não fizer com que nos diminuam as valências que o Hospital de Chaves tem, pelo contrário, acrescente outras valências e desde que nos fique garantido que passamos a ter acesso a todas as consultas externas de todas as especialidades, desde que fique perfeitamente protocolado que continuaram a ser feitos investimentos no nosso Hospital, não tenho qualquer objecção a fazer à outra Proposta”.

Entrou-se no “**Período da Ordem do Dia**”

PONTO 1 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL;

MAIO

Dia 3 - *Reunião do Conselho Municipal de Juventude. Programa de Apoio.*

Dia 5 - LISBOA: *Reunião com E. P. - Estradas de Portugal*

- E.N. 103/5 – 213;

- Plano Rodoviário 2000.

- Reunião no MOPTC – Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações – Plataforma Logística.

Dia 9 - PORTO: *Apresentação do “Portugal Logístico”.*

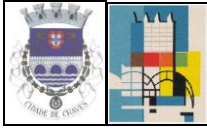
Dia 12 - PORTO: *Reunião com Secretário de Estado da Saúde.* (Presença da Comissão mandatada pela Assembleia Municipal)

- VILA REAL: *Reunião com o Senhor Reitor da UTAD.*

Dia 18 - *Reunião com a Equipa da FEUP (Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto), responsável pela revisão do PDM de Chaves.* (Presença do Corpo Técnico da Câmara Municipal de Chaves).

Dia 25 - PORTO: *Apresentação do PNOT (Plano Nacional de Ordenamento do Território).*

Dia 26 - *Reunião com a Equipa Coordenadora da Agenda 21.* (Presença do Corpo Técnico da Câmara Municipal de Chaves).



Dia 28 - VILA REAL: *Dia Nacional do Bombeiro.*

Dia 31 - ALFÂNDEGA DA FÉ – COMURB TM (*Comunidade Urbana de Trás-os-Montes*).

JUNHO

Dia 2 - VIDAGO: *Reunião com o Senhor Governador Civil e ARS Norte (Presença do Conselho de Administração do Hospital Distrital de Chaves).*

Dia 3 - SANTIAGO DE COMPOSTELA: *Apresentação perante o Governo da Galiza e Comissão Europeia do Desenvolvimento Regional, da Plataforma Logística de Chaves. (A convite da CCDRN - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte).*

Dia 5 - ESPINHO: *Protocolo com as Águas de Trás-os Montes e Alto Douro (Homologado pelo Senhor Ministro do Ambiente).*

Dia 10 – *Abertura do Encontro de Arte Jovem.*

Dia 19 – *Reunião da CTC - Comunidade Territorial de Cooperação do Vale do Tâmega.*

- VILA REAL: *Reunião no Governo Civil com a ARS Norte (Proposta da ULS – Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega).*

Dia 20 – *Reunião do Conselho Local de Acção Social – Apresentação de proposta do Plano de Desenvolvimento Social Concelhio.*

Dia 21 - COIMBRA: *Conselho Geral do CEFA – Centro de Estudos e Formação Autárquica;*

PORTO: *Conselho Regional do Norte.*

Dia 22 - *Agenda 21 – Plano de Acção.*

Dia 25 - *Dia do Idoso no Concelho.*

Dia 26 - *Reunião da Chaves Parque.*

Dia 27 - *Reunião do CLAS - Conselho Local de Acção Social. Proposta de Rede Social.*

Presença do Executivo em inúmeras acções de iniciativa do Município, de Juntas de Freguesia ou de outras Entidades, Clubes e Associações.

Visita a Chaves do Senhor Primeiro - Ministro de Portugal, por ocasião do Dia do Município.

INFORMAÇÃO RELATIVA À SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO A 26 DE FEVEREIRO DE 2006.



Assembleia Municipal de Chaves

ACTA número 03/2006

Conforme solicitado por V. Exas. cumpre-nos apresentar a informação relativa à situação económica e financeira do Município a 20 de Junho de 2006.

1- Execução do Plano Plurianual de Investimentos:

2-Dotação Actual do PPI.....	34 799 643,59€
Dotação Cabimentada	27 286 084,84€
Taxa de Execução Física do PPI	78,41%

2 – Execução do Orçamento:

2.1 . Execução do Orçamento da Despesa:

Dotação Actual do Orçamento	55.335 144,76€
Dotação Cabimentada	40.966.858,01€
Grau de Execução do Orçamento da Despesa	74,04%

2.2 . Execução do Orçamento da Receita:

Dotação Actual do Orçamento.....	55 335 144,76€
Receita Liquidada	13.686.044,67€
Grau de Execução do Orçamento da Receita.....	24,74%

3 – Situação das Responsabilidade Financeiras Assumidas pela Autarquia:

3.1 . Responsabilidades Financeiras de Curto Prazo:

Data	Dívida de Curto Prazo
2005.09.09	9.217.566,66 €
2005.12.22	10.028.673,83 €
2005.12.31	9.947. 882,99 €
2006.04.20	14.681.099,60 €
2006.06.26	14.946.378,01€

3.2 . Responsabilidades Financeiras de M/L Prazo:

Data	Dívida de M/L Prazo
2005.09.09	15.728.379,19 €
2005.12.22	16.090.527,51 €
2005.12.31	16.274.707,51 €
2006.04.20	16.870. 072,39 €
2006.06.26	17.018.649,73 €

Para discussão deste Ponto inscreveram-se os seguintes deputados:



NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO do PSD – usou da palavra para felicitar a Autarquia pela assinatura do Protocolo com o Instituto da Segurança e Higiene no Trabalho, que apesar de não constar na Informação do Presidente da Câmara é um documento muito importante, sobretudo para os seus funcionários.

PAULA CRISTINA BARROS TEIXEIRA DOS SANTOS do PS - referiu que não foi sua intenção fazer qualquer crítica ao processo de deslocalização do Parque Empresarial. O objectivo da sua intervenção foi dizer claramente, que, face a essa deslocalização há um Nó que estrategicamente é fundamental e manifestou a disponibilização quer pessoal quer do Partido Socialista para tudo fazer no sentido de obter os financiamentos para concretização dessa obra. Agradeceu os esclarecimentos prestados pelo Presidente da Câmara sobre o QREN, que define as regras gerais e vai permitir identificar os projectos a candidatar, com o objectivo de terem opinião e poderem participar de forma construtiva no processo.

Relativamente à Informação sobre a Actividade Municipal, mais do que a participação em vários actos e reuniões, o que precisamos de ouvir, da parte do Senhor Presidente da Câmara é as conclusões dessas participações.

Sobre as intervenções que estão a ser efectuadas nas escolas do Concelho, focadas pelo Senhor Presidente da Câmara, em resposta à intervenção do Senhor deputado Anselmo Martins, na qualidade de líder do Grupo Municipal, disse não ter recebido essa informação, razão porque não a transmitiu à sua bancada.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu que o Nó de Outeiro Seco é fundamental na estratégia de desenvolvimento do Concelho e está em fase de execução.

A Informação sobre a Actividade Municipal contém o que de essencial se passou no Município, desde a sessão anterior. Não fez referência à nova Lei das Finanças Locais que está prestes a ser aprovada e que no meu entender tem aspectos favoráveis e outros nem tanto, como é o caso IRS.

Relativamente ao novo Quadro Comunitário propôs que seja agendada para Setembro a discussão dos projectos estratégicos para o desenvolvimento do Concelho.

Os esclarecimentos prestados relativamente às obras das escolas constam dos documentos que integram a Informação sobre a Actividade Municipal.

PONTO 2 - APROVAÇÃO DEFINITIVA DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DA URBANIZAÇÃO E DA EDIFICAÇÃO E TABELA DE TAXAS E LICENÇAS DEVIDAS PELA REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES URBANÍSTICAS EM VIGOR NO CONCELHO DE CHAVES, NO ÂMBITO DO DISPOSTO NO Nº3, DO 25º, DO DL Nº 69/2003, DE 10 DE ABRIL, O QUAL ESTABELECE AS NORMAS DISCIPLINADORAS DO EXERCÍCIO DA ACTIVIDADE INDUSTRIAL. PROPOSTA N.º45/GAP/2006.

Para discussão deste ponto usaram da palavra os seguintes deputados:

FRANCISCO ANTÓNIO CHAVES DE MELO do PS – disse que há freguesias que pelo facto de estarem a crescer e terem muitas infraestruturas, contribuem com elevadas receitas e sugere que a Autarquia transfira para essas mesmas freguesias parte dessa receita arrecadada, nos moldes daquilo que o Governo pretende fazer, através da nova Proposta de Lei das Finanças Locais, em que os Municípios mais ricos terão de compensar os mais pobres.

É o caso da sua Freguesia – Santa Cruz/Trindade, que se debate com grandes carências orçamentais, apesar de ter muita receita em termos de IMI e MT e também



porque uma grande parte da sua população ainda se encontra recenseada em Santa Maria Maior, contribuindo para o aumento do FEF desta última Autarquia. Disse que concorda com a Proposta apresentada porque receber é importante mas deve haver justiça redistributiva.

LUIS GERALDES TEIXEIRA ARAÚJO do PSD – usou da palavra para dizer que se trata de um instrumento destinado a completar e aperfeiçoar o Regulamento de Taxas no que refere aos loteamentos industriais, tem haver com a entrada de novas unidades e vai actualizar a legislação, de acordo com o novo Decreto - Lei e por essa razão a sua bancada vai votar favoravelmente esta Proposta.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu ao Senhor deputado Francisco Melo, que não põe em causa o princípio que sugeriu na sua intervenção, mas esclareceu que a nova Lei das Finanças Locais, em discussão, se aplica aos Municípios e às Freguesias e não a conhece o suficiente para saber se vai trazer alterações que possam ir ao encontro da sua sugestão, mas que é admissível que possam vir a ser adoptadas formas correctivas relativamente a algumas Freguesias, mas que o princípio da distribuição será igual para todas, em função dos critérios que forem aprovados.

Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 3 - PRIMEIRA REVISÃO AOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO FINANCEIRA EM VIGOR PARA O ANO ECONÓMICO DE 2006. PROPOSTA N.º 05/DGFEP/06;

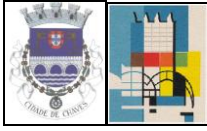
O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** disse que esta Revisão aos Instrumentos de Gestão se justifica não só para incluir o saldo da gerência anterior na respectiva rubrica orçamental da Receita que legalmente só pode ser feito desta forma, mas também para possibilitar a utilização de um milhão de euros do total desse saldo (1.673.750,10€), para reforço das rubricas devidamente identificadas na Proposta em discussão e ainda para abertura da rubrica orçamental da receita referente a Reposições não Abatidas nos Pagamentos.

No respectivo mapa de Modificações ao Orçamento da Despesa, aparece a rubrica 07010307 – “Outros” com um reforço de 553.458,00€, que foi objecto de declaração de voto dos Senhores Vereadores do Partido Socialista. Esse valor representa a soma do reforço das acções 2/2006 – Obra do Arquivo Municipal (184.140,00€) e 45/2006 – Laboratório da Qualidade e Segurança Alimentar e Ambiental (369.318,00€), não se verificando aqui qualquer falta de transparência.

Para discussão deste ponto usaram da palavra os seguintes deputados:

ANSELMO JOSÉ MARTINS do PS – disse ter conhecimento que há uma dívida razoável, de curto prazo a fornecedores e não entende como sobra dinheiro no final da gerência para reforçar obras do ano seguinte, quando há credores a necessitar de receber os seus créditos. Deixa a dúvida.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** informou o Senhor deputado que esta operação de desbloqueamento do saldo da gerência anterior faz parte das regras contabilísticas.



Assembleia Municipal de Chaves

ACTA número 03/2006

O limite do endividamento da Autarquia está muito longe de ser atingido e a nova Lei das Finanças Locais inclui no endividamento as Dívidas de Curto e Longo Prazos. De acordo com a nova Lei a capacidade de endividamento do Município de Chaves vai aumentar e não diminuir.

Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

Esgotados todos os assuntos da ordem de Trabalhos e nada mais havendo a tratar foi, pelo Senhor Presidente da Mesa encerrada a sessão de que, para constar, foi lavrada a presente acta que vai ser assinada pelos Membros da Mesa e subscrita por mim Maria das Graças Alves, que a redigi.

O Presidente da Mesa _____

O 1º. Secretário _____

O 2º. Secretário _____